

A QUESTÃO AGRÁRIA EM MOÇAMBIQUE

Bridget O'Laughlin

O presente ensaio defende que, para se compreender a estrutura de classes no campo em Moçambique deve-se romper abertamente com todas as formas de análise dualista que consideram o campesinato como «pré-capitalista» e assente na produção de «subsistência». Os problemas surgidos na transformação da agricultura familiar estão ligados de forma sistémica, como veremos, a problemas de rentabilidade no sector estatal, forjado a partir da nacionalização de velhas empresas capitalistas. Tais problemas surgem devido à interdependência dos dois sectores no período colonial. Assim, uma estratégia de transformação socialista de um deles tem de ser necessariamente uma estratégia de transformação de ambos.

Um dos aspectos preocupantes do processo de socialização do campo nestes primeiros seis anos da independência de Moçambique tem sido a transformação relativamente lenta da agricultura familiar.

A actual debilidade tanto das aldeias comunais como do movimento cooperativo foi recentemente focada numa reunião do Conselho de Ministros:

A organização das aldeias comunais é débil. Muitas aldeias comunais permanecem numa fase apenas embrionária essencialmente porque a sua base económica permanece individual. A produção

cooperativa não se desenvolve ao ritmo desejável. As cooperativas de produção agrícola são ainda, na maior parte dos casos, pré-cooperativas que não constituem a actividade principal dos seus membros e não manifestam o poder mobilizador das vantagens desta forma de propriedade socialista (1).

Porque tem havido, então, tais problemas na edificação da produção cooperativa como base das aldeias comunais? Por que se continua a verificar o domínio da produção individual familiar?

O objectivo deste artigo é contribuir para o processo de discussão e debate que responderá a estas questões. Ele começa por levantar o primeiro aspecto, a partir do qual terá de ser feita qualquer avaliação tanto dos sucessos como dos fracassos da socialização do campo registados até agora.

Qual era a natureza da estrutura de classes rural deixada pela dominação do capitalismo colonial em Moçambique e que problemas colocou (e coloca) esta estrutura de classes à construção do socialismo?

ESTRUTURA DE CLASSES NO CAMPO: CONTRA O DUALISMO

Há duas formas possíveis para se analisar a evolução da estrutura rural e de classes em Moçambique no período colonial, tendo cada uma dessas posições conseqüentes bastante diferentes nas estratégias de transformação socialista. A primeira posição argumentaria que ao longo do período colonial o campesinato moçambicano permaneceu ligado a modos de produção pré-capitalista. O capitalismo colonial serviu-se de medidas extra-económicas para explorar o campesinato: a força política foi a base para o cultivo obrigatório de culturas de rendimento tais como o algodão, para a contratação de mão-de-obra para as plantações e para a venda de força de trabalho às minas da África do Sul. Estas formas de exploração distorceram mas não alteraram fundamentalmente a natureza pré-capitalista da produção camponesa. Esta primeira posição analisa portanto a economia colonial em termos dualistas: um pequeno sector capitalista assente na agricultura dos colonos, transportes e indústria e, conseqüentemente, com uma classe operária pequena e desorganizada, cresce em paralelo com uma economia de subsistência pré-capitalista mantida no seu atraso por formas de exploração colonial.

Esta visão dualista da estrutura de classes no período colonial pode fornecer uma explicação para a participação do campesinato numa luta nacionalista. O campesinato ter-se-ia revoltado contra o Estado colonial que organizava tanto a sua opressão como a sua exploração. A teoria estabelece, no entanto, que será difícil manter a participação do campesinato no processo de uma revolução socialista. Logo que o Estado colonial que o explorava seja esmagado, o campesinato ficará livre para regressar à sua economia pré-capitalista de subsistência. Retirar-se-á portanto da produção de excedentes e retirar-se-á do mercado, rejeitando tanto a produção de culturas de rendimento como a migração de mão-de-obra. Tem pouco interesse nas vantagens da produção colectiva, na maior produtividade do trabalho e em maiores níveis de produção de excedentes sociais.

Nestas condições só há na realidade duas formas de integrar o campesinato em cooperativas. Ou têm de se oferecer incentivos materiais consideráveis ou tem-se que utilizar pressão política. Esta última estratégia implica a existência de uma relação antagónica entre o campesinato e o Partido e Estado que se opõe totalmente aos termos da aliança operário-camponesa. A estratégia anterior porém, parece não ser praticável a curto prazo. A capacidade do Estado fornecer incentivos materiais para a cooperativização em grande escala depende em última análise da produtividade do sector estatal, tanto machambas estatais como unidades industriais. Pareceria assim necessário adiar em certa medida a cooperativização do sector familiar até que seja consolidada a produtividade das machambas estatais e fábricas. Assim a posição dualista implica claramente que a socialização da produção familiar seja quase necessariamente um processo lento e prolongado que se deveria concentrar numa primeira fase em destruir as condições de produção pré-capitalistas.

Existem muitos aspectos da história da exploração imperialista em Moçambique e muitos aspectos da África Subsahariana que parecem corresponder à visão dualista⁽²⁾. Nestes casos, a política colonial encontrava-se bastante explicitamente envolvida na manutenção de diversas formas de propriedade comunal e no bloqueio do desenvolvimento de qualquer classe de trabalhador sem terra; a força de trabalho ainda ligada à terra significava força de trabalho barata. Existem também muitos aspectos da história recente do Moçambique independente que aparentemente confirmariam a visão dualista: quebras na comercialização da produção camponesa, particularmente do algodão,

uma ex-cultura forçada; falta de trabalhadores para as machambas estatais e plantações; a usualmente baixa taxa de consolidação da produção cooperativa. Assim, a visão dualista encontra poucas dificuldades em tomar partido das fragilidades actuais do movimento cooperativo; este poderia de facto sugerir que o problema consista antes na falta de uma base material a apoiar o programa de socialização traçado pelas directivas do Terceiro Congresso.

E é no entanto precisamente a fragilidade da visão dualista o facto de ela descrever um padrão de atraso sem, no entanto, explicar as suas causas. O que se exige de uma análise de classe é que ela consiga definir as relações centrais que dirigem o movimento histórico. No caso de Moçambique, é impossível fazer-se uma análise da posição de classe do campesinato no período colonial, divorciada da análise de toda a economia **capitalista** a que ela pertencia. São as condições capitalistas de produção e não os remanescentes pré-capitalistas que mais fortemente determinam a estrutura de classe colonial e, assim, que determinam os padrões de exploração a serem ultrapassados durante a transição socialista.

Para compreender esta alternativa ao dualismo temos que começar por observar mais de perto as formas de exploração colonial do campesinato em Moçambique: o cultivo forçado de culturas de rendimento, e o trabalho migratório assalariado. Estas formas de exploração destruíram a economia de subsistência; a produção camponesa foi reorganizada de forma a constantemente produzir a subsistência e ainda um excedente que aumentava o capital — em Moçambique, em Portugal e na África do Sul. O facto do campesinato ter continuado na sua maioria a auto-alimentar-se — de nem o valor dos salários nem o preço do algodão, por exemplo, ser suficiente para o sustento de uma família — dificilmente significa que os camponeses fossem produtores de subsistência. O baixo custo da força de trabalho colonial — que constituiu a própria base de acumulação do capital colonial — dependia da capacidade da família camponesa se auto-alimentar e ainda produzir excedentes. Assim o rendimento proveniente do trabalho assalariado e da produção de culturas de rendimento tornou-se um elemento necessário para a reprodução da agricultura familiar — para a compra de implementos, animais e instrumentos de tracção bem como de bens de consumo.

Existe é claro uma diferença real e importante entre a submissão formal e real à produção capitalista. O facto de Moçambique não ter desenvolvido um proletariado industrial

estável, grande e organizado e divorciado da terra, tem importantes consequências políticas e económicas. Nestas condições de exploração subsistem no campo sistematicamente e têm que ser confrontadas em qualquer estratégia de transformação, vestígios de modos de produção pré-capitalistas. No entanto, se se assumir como diria a posição dualista, que a principal tarefa da transição no campo é ultrapassar as condições de produção pré-capitalistas, vai-se saltar por cima do problema central da transformação socialista nesta fase. Este problema central consiste na reestruturação total de uma economia baseada em relações de classe capitalistas que ligavam a acumulação de capital ao atraso da agricultura familiar. Não podemos compreender os problemas do movimento cooperativo nem a sua importância na estratégia de transição se olharmos apenas para a agricultura familiar.

Existem três aspectos principais da estrutura de classes do capitalismo colonial que influenciam fortemente a actual estratégia de transição socialista: 1) a evolução de um sector capitalista caracterizada pela sua interdependência com a produção camponesa; 2) o desenvolvimento de um Aparelho de Estado cuja função é tanto a de organizar a ligação entre o sector capitalista e o campesinato, como a de evitar a dissolução da agricultura familiar; 3) o desenvolvimento de novas relações de classe entre o campesinato. As secções que se seguem ocupar-se-ão com cada um deste aspectos por sua vez analisando em cada caso o carácter da estrutura colonial e os problemas correspondentes colocados perante a transformação socialista. Tomando esta discussão como base, será então possível voltar de novo ao problema da cooperativização e compreender como é que a produção cooperativa é uma necessidade histórica nesta fase da Revolução Moçambicana e não uma ilusão romântica.

UM SECTOR CAPITALISTA DEPENDENTE DO SECTOR FAMILIAR

Uma característica que define o sector capitalista em Moçambique durante o período colonial é a sua dependência extrema do sector familiar, não só na agricultura mas também na indústria e transportes. Há três aspectos principais nesta dependência: mão-de-obra barata e muitas vezes sazonal, recrutada numa base migrante a partir do sector familiar; alimentação barata para os trabalhadores e matérias-primas produzidas pelo sector familiar; um fundo de divisas gerado não pelo

próprio sector capitalista doméstico mas pela venda de força de trabalho numa base migratória para a África do Sul e Rodésia.

Esta dependência para acumulação de capital da exploração do campesinato foi construída materialmente na estrutura da produção capitalista:

- * A monocultura de chá, açúcar, algodão e arroz nas machambas e plantações capitalistas requeria, necessariamente, grande número de trabalhadores sazonais; o fornecimento destes trabalhadores e o seu baixo salário dependia do facto de eles se conservarem disponíveis para o sector familiar;
- * O nível salarial pago aos trabalhadores no sector capitalista, era em geral extremamente baixo; cobria apenas os custos imediatos da sua reprodução porque estes comiam em primeiro lugar alimentos produzidos pelo campesinato e adquiridos a preços baixos e controlados: mandioca, feijão e mesmo arroz e milho em certas áreas do país;
- * Os capitalistas investiram em indústrias de transformação, tais como descaroçamento de algodão ou caju, precisamente porque a sua rentabilidade estava garantida pela certeza de que abastecimentos adequados de matérias-primas baratas poderiam ser fornecidas pelo sector familiar;
- * Nos últimos anos do domínio colonial, Moçambique registou consistentemente um défice na sua balança comercial, em certa medida reflectindo importações de petróleo, máquinas e matérias primas que entravam na expansão da base industrial. A continuação da acumulação foi no entanto possível porque este défice era coberto, em parte, pela venda à África do Sul e Rodésia de força de trabalho migrante do sector familiar.

Uma das tarefas imediatas da transformação socialista em Moçambique é quebrar com esta dependência em relação à mão-de-obra barata recrutada a partir do campesinato trabalhando no recentemente criado sector estatal. O trabalho migratório é em si uma base fraca para o desenvolvimento de qualificações, de disciplina e de organização produtivas entre a classe operária para além da saída periódica dos trabalhadores

mais produtivos que também bloqueia a transformação da produção camponesa em formas colectivas mais sólidas. Romper com esta estrutura económica é, porém, necessariamente um processo de transformação, pois a criação em si não transforma a estrutura de rentabilidade do sector estatal, construído como estava na base do capitalismo colonial. O sector estatal não consegue de um momento para o outro começar a reproduzir a sua própria força de trabalho, a produzir as suas próprias matérias-primas e a gerar as suas próprias divisas. Modificações estruturais deste tipo necessitam de investimento, que por sua vez necessita de excedente, que por sua vez ainda necessita que a produção seja rentável.

O sector estatal tem tido por esta razão grandes dificuldades desde a Independência para recuperar os níveis de produção passados, e maiores dificuldades ainda em baixar os custos de forma a tornar a produção rentável. Estes problemas reflectem até um certo ponto insucessos organizacionais nas unidades de produção e insucessos nos transportes, estando estes relacionados com a fuga de **colonos**. Fundamentalmente, no entanto, a crise de rentabilidade reflecte acima de tudo uma importante vitória da FRELIMO — o ataque aos sistemas coloniais de recrutamento de mão-de-obra.

Tome-se por exemplo o problema da escassez de mão-de-obra nas **machambas estatais**. Não se trata de um tipo qualquer de escassez geral, mas de problemas de recrutamento sazonal — na apanha do algodão, colheita do arroz e no corte da cana. Algumas plantações de chá têm de facto trabalhadores a mais durante os períodos mais mortos do ciclo agrícola, e falta de trabalhadores durante os meses de produção mais intensa de folha, que coincide com o período de actividade mais aguda no âmbito da agricultura familiar. Não se trata aqui de uma fuga generalizada ao trabalho assalariado, mas ao trabalho ocasional, que interfere com a produção nos sectores familiares, fuga esta que, no período colonial, era geralmente evitada através de diversas formas de recrutamento forçado. A resposta terá que acabar por residir em padrões de diversificação de culturas e da mecanização, que permitam a estabilização da força de trabalho, mas de imediato o problema de peso consiste em saber como assegurar a rentabilidade e o papel dinâmico das machambas estatais no período de transição.

Os problemas de rentabilidade que surgem da erradicação dos sistemas coloniais de recrutamento de mão-de-obra tomam por vezes diferentes formas. Com o fim de evitar faltas de mão-de-obra foram introduzidas em muitas machambas estatais

técnicas mais mecanizadas e de menor aproveitamento de mão-de-obra (como o é, por exemplo, a utilização de herbicidas). As queixas levantadas contra a MECANAGRO, Boror e demais, motivadas pela sua incapacidade em fornecer tractores e implementos quando necessários, apenas reflecte em parte que estes não são suficientes para as necessidades. A nova escolha tecnológica não é apoiada pelos níveis actuais de produção de divisas e a utilização desequilibrada de implementos resulta em custos unitários de produção mais altos (como acontece nos casos em que se espalha insecticida sobre plantas que não tinham anteriormente sido sachadas por o herbicida não ter chegado).

As condições de rentabilidade no sector estatal também enfraqueceram devido ao declínio na comercialização de produtos provenientes do sector familiar. As minas e as plantações tiveram problemas de mão-de-obra por não terem sido capazes de fornecer alimentação aos seus trabalhadores; as fábricas de processamento da castanha ou de descaroçamento do algodão têm elevados custos de produção por a falta de matérias-primas as obrigar a funcionar muito abaixo das suas capacidades; os baixos ganhos em divisas provenientes da produção de produtos de exportação limitam a capacidade actual das fábricas (a importação de peças sobressalentes e matérias-primas) bem como o investimento em novas fábricas. Este último problema foi ainda mais acentuado pelos cortes no lucro das vendas de ouro que o governo colonial fazia derivar dos salários diferidos dos mineiros moçambicanos que eram pagos pela África do Sul.

O declínio na comercialização de excedentes pelo sector familiar reflecte em parte a rejeição do cultivo obrigatório de culturas de rendimento feita pela FRELIMO. Os camponeses são livres de ajustar a produção de acordo com os preços relativos e necessidades de mão-de-obra das diversas culturas. Assim, após a Independência, a produção do girassol, por exemplo, desenvolveu-se em certas zonas à custa do algodão (sendo de prioridade nacional, o algodão envolve também grande quantidade de mão-de-obra). Os produtores familiares eram também livres de reduzir a produção comercial como resposta à inexistência de garantias de comercialização e ao escasso abastecimento de bens de consumo básicos no campo durante os primeiros anos de independência.

Assim, a principal dependência do sector estatal em relação à agricultura familiar não pode ser dissolvida instantaneamente neste período inicial de transformação socialista. O investimento em novos padrões de produção exige uma transferência

continua de excedentes do campesinato. Se tal transferência não for baseada na simples reprodução de antigos padrões coloniais, terão que se efectuar grandes melhorias na agricultura familiar, bem como, na produtividade do sector estatal. E é nisto que se encontra baseada a necessidade histórica do movimento cooperativo como veículo de transformação da agricultura familiar. Se não se alcançar uma maior produtividade da produção camponesa através de uma cooperativização do campesinato, paralela à consolidação do sector estatal, esta última não existirá.

UM APARELHO DE ESTADO A DETERMINAR AS LIGAÇÕES ENTRE O CAMPESINATO E O SECTOR CAPITALISTA

A interdependência entre os sectores familiar e colonial capitalistas na economia moçambicana constitui um processo tanto político como económico baseado na construção de uma forma particular de estado. Todos os estados capitalistas são repressivos mas variam não só em relação ao grau de repressão como também em relação à forma como se organizam. O Aparelho de Estado colonial constituído em Moçambique distinguia-se pela ênfase que fazia incidir sobre o controlo do recrutamento e movimento de mão-de-obra. O capital actuante em Moçambique surgiu na condição do Estado se incumbir da tarefa de recrutamento de mão-de-obra barata africana: para as plantações de açúcar e de chá, para o cultivo do algodão, para os trabalhos dos portos, para a construção de ferrovias.

De forma a assegurar que a mão-de-obra se mantivesse barata, o Estado tinha que assegurar que os trabalhadores se mantivessem migrantes. O sistema da **caderneta** foi utilizado para forçar os trabalhadores redundantes a regressar ao campo. Foi mantida a propriedade comunal para que desta forma os próprios africanos assegurassem o não surgimento de trabalhadores sem terras. Foram tomadas precauções de forma a assegurar que a exploração do campesinato não destruísse completamente a produção familiar nem pusesse em risco a sobrevivência física dos trabalhadores: estava previsto que os trabalhadores do açúcar regressassem às suas aldeias após seis meses de trabalho pesado em cada ano; zonas marginais constituídas por solos pobres eram eventualmente retiradas pelo Estado das plantações de algodão baseadas em trabalho forçado; o cultivo obrigatório de certos produtos de subsistência foi introduzido no ciclo do algodão após a grande fome

que se verificou nos anos '40 nas zonas de cultivo de algodão em Nampula.

De forma a assegurar que a mão-de-obra se mantivesse barata, o Estado teve também que restringir a competição entre diversos empresários capitalistas, que ameaçava a subida de salários. Foram assinados com países vizinhos rígidos acordos com vista a impedir o movimento populacional (ou de produtos) através das fronteiras. O trabalho mineiro era recrutado por um número restrito de recrutadores, principalmente através da WENELA, e cuidadosamente fiscalizado pelo Estado. Foi formado um **grémio** dos plantadores de chá recalitrantes na Zambézia, e estes foram submetidos a um único sistema de recrutamento de mão-de-obra da administração estatal.

Desta forma, o representante típico do Estado colonial para o campesinato de Moçambique não era o cobrador de impostos, mas sim o recrutador e organizador da mão-de-obra forçada. A rentabilidade da maior parte das empresas do sector capitalista dependia na realização pelo Estado desta actividade.

A principal tarefa política da transformação socialista tem então que consistir na alteração determinante da relação entre o Estado e o campesinato que significa paralelamente alteração determinante da relação entre o Estado e as anteriores empresas capitalistas, que constituem a maior parte do sector económico estatal recentemente nacionalizado. Podemos assim compreender a urgência com que a FRELIMO formou as organizações do Partido e de massas ao nível da base e tal não apenas nas antigas zonas libertadas, como por todo o País. O primeiro passo neste processo de transformação política tem sido a presença independente do Partido e organizações de poder popular como forças de condução da destruição do Estado colonial. O segundo passo foi a purificação contínua do Aparelho de Estado, a «ofensiva permanente» contra aqueles que representam uma prática colonial ou bloqueiam o processo de transição.

Contudo resta ainda um terceiro passo talvez o mais difícil: a reorganização sistemática das funções do Estado na organização da produção. O Estado colonial tem que ser sistematicamente desmantelado enquanto que ao mesmo tempo o Estado não pode abandonar a sua responsabilidade pela organização da produção e em particular por assegurar o fornecimento de mão-de-obra para os principais sectores económicos. É esta a tarefa clássica de uma revolução socialista na confrontação com o que ficou da economia capitalista: como reorganizar as relações de classe e manter uma base produtiva. Esta tarefa é

particularmente difícil no caso de Moçambique, não devido à influência da situação pré-capitalista mas antes devido à implicação de relevo do Estado no recrutamento de mão-de-obra no período colonial.

Os laços permanentes da maior parte dos camponeses produtores e dos trabalhadores migrantes com a terra pareciam fornecer ao novo Estado Revolucionário margem para não se apressar no campo da agricultura familiar; desta forma a atenção mais imediata virou-se para as exigências do sector estatal. Os camponeses teriam o recurso de durante alguns anos regressarem às propriedades familiares trabalhar com enxadas gastas, reproduzir as suas próprias sementes e alimentarem-se. As novas machambas estatais têm que possuir força de trabalho, maquinaria, peças sobressalentes, fertilizantes, insecticidas e sementes, ou nada produzirão, e o investimento em trabalho humano que representam perderá todo o valor. A exclusivização relativa do sector familiar pelo Estado é estrategicamente insustentável e tem sido fortemente criticada pela FRELIMO, primeiramente na Quarta Sessão em 1978 e cada vez mais em discursos recentes do Presidente Samora Machel. A produção de excedentes no sector familiar depende do apoio estatal, e a acumulação no sector estatal depende da acumulação de excedentes no sector familiar. Se não se efectua a reestruturação da relação entre o campesinato e o Estado existe sempre o risco das medidas tomadas para solucionar problemas de produção do sector estatal em transição — tais como a mobilização política de força de trabalho sazonal numa base de emergência — deixarem de ser temporárias e acabarem por ir reforçar a antiga estrutura colonial de rentabilidade.

Mais uma vez neste caso podemos ver porque é que a cooperativização constitui necessidade histórica tão demarcada na estratégia traçada pela FRELIMO para a transformação socialista. A cooperativa é a forma fundamental de produção através da qual será conduzido o apoio estatal e o avanço técnico do campesinato, aspecto que foi tornado muito claro no Segundo Conselho Consultivo Alargado do GODCA, em 1980, pelo Ministro da Agricultura:

«Assim por exemplo, alguns pensam que não é possível organizar cooperativas porque a imensa maioria do nosso povo é analfabeta e possui um nível técnico baixo. A nossa resposta é simples: é a organização dos camponeses em cooperativas o caminho mais curto para resolver estes problemas.»

Pretende-se assim que as cooperativas integrem o campesinato no processo centralizado de planificação socialista. As cooperativas devem fornecer também uma base produtiva para as aldeias comunais e desta forma as estruturas organizacionais necessárias a um maior enraizamento do Partido entre o campesinato. A cooperativização é portanto um passo essencial da transformação das relações entre o Estado e o campesinato.

A PENETRAÇÃO DE RELAÇÕES DE CLASSE CAPITALISTAS ENTRE O CAMPESINATO

Em Moçambique durante o período colonial quase todas as famílias camponesas se encontravam subordinadas a relações de classe capitalista; isto é, apesar de estarem ligados à terra, os camponeses eram obrigados a vender a sua força de trabalho. Este processo de semiproletarização assumiu duas formas fundamentais: força de trabalho directa numa empresa capitalista numa base de migração ou produção de culturas de rendimento sob a supervisão estatal para venda a monopólios comerciais. Esta última, da qual a produção de algodão é protótipo, pode parecer ser uma forma independente de produção de mercadorias, mas a organização da produção comercial tomou controlo quase completo do processo de produção e de comercialização em relação ao produtor. De uma forma geral, a produção de culturas comerciais em Moçambique constituía de facto um sistema camuflado de salário por peça, não diferindo muito do sistema de produção que enquadrava os agregados camponeses na produção capitalista inicial na Europa.

É de extrema importância, claro, que a subordinação do campesinato ao trabalho assalariado no período colonial não tenha significado separação total da terra. Isto porque os camponeses necessitam de rendimento do trabalho assalariado, não apenas para satisfazer necessidades de subsistência (compras de sal, tecido, óleo, peixe seco, cimento, bicicletas) mas para adquirir também meios de produção necessários à reprodução da produção familiar (implementos agrícolas, cisternas de água, bombas, redes de pesca, anzóis e linha...). O rendimento salarial tornou-se base necessária para o investimento na produção familiar. Talvez seja difícil visualizar a dependência do campesinato em relação ao trabalho assalariado. Isto porque ao longo dos anos ela não se refere necessariamente ao mesmo grupo de pessoas: há homens que migram e depois regressam

definitivamente às machambas; os produtores camponeses variam o nível de produção e o tipo de cultura de rendimento que produzem de ano para ano. No entanto, é fundamental que se observe que a produção camponesa em Moçambique não constitui uma produção de subsistência; quase todas as famílias se vêem na obrigação de recorrer ao trabalho assalariado em dada altura a fim de produzirem os seus próprios meios de subsistência.

Neste sistema de exploração capitalista do campesinato, a rede de pequenos comerciantes rurais constituiu factor crucial. Eram eles que ligavam a cidade ao campo, o camponês à plantação, e que desempenhavam papel essencial na reprodução da agricultura familiar. O pequeno comerciante comprava e revendia a produção camponesa, fornecia bens de salário, implementos agrícolas e por vezes actuava como recrutador de mão-de-obra. É de igual importância observar como era débil a base de classe deste grupo. Colocados contra monopólios comerciais bem organizados e com os interesses do capital industrial, era-lhes cedida margem de lucro muito reduzida. O comerciante empregava frequentemente mão-de-obra familiar ou comercializava associado com uma machamba de colonos também fortemente dependente da mão-de-obra camponesa barata, recrutada com frequência através da força ou da fraude.

A semiproletarização encontrava-se finalmente ligada a uma certa diferenciação económica do campesinato no período colonial. A diferenciação encontra-se mais fortemente demarcada ao Sul do País, onde a existência de salários mineiros permitiu aos camponeses investir em novos meios de produção, primeiro charruas, depois bombas, cisternas, tractores. A expansão no Sul dos sectores assalariados fornecia também margem para o aumento da produção comercial. A diferenciação encontra-se também num estado mais avançado nas zonas fronteiriças produtoras de milho, onde os camponeses conseguiam, através do contrabando, quebrar os monopólios comerciais — Manica, Milange, Angónia. Nalgumas zonas os camponeses que trabalhavam no Aparelho de Estado colonial, «autoridades tradicionais», podiam utilizar posições políticas para avançar economicamente quer através da monopolização de boas terras comerciais ou através do recrutamento político de mão-de-obra.

A diferenciação não levou no entanto durante o período colonial à consolidação de uma pequena burguesia rural significativa com base no campesinato especializando-se em produção comercial. Esta classe teria entrado em competição com as machambas de colonos e por esta razão a sua existência

foi sistematicamente reprimida. Os camponeses eram geralmente expulsos das melhores terras comerciais, que possuíam fácil acesso por estrada ou que tinham sido melhoradas por investimentos em sistemas de drenagem de águas e em canais de irrigação. Os camponeses não tinham qualquer acesso ao trabalho forçado; assim, na ausência de uma força de trabalho sem terra, apenas podiam aumentar a produção baseando-se em diversas fontes de trabalho «tradicionais», tais como os grupos de trabalho *tsima*, ou na expansão do número de pessoas no agregado familiar. As machambas coloniais monopolizaram o acesso ao crédito subsidiado e foram-lhes atribuídos privilégios comerciais de que os camponeses não gozavam. Os colonos cultivadores de algodão, por exemplo, vendiam o seu algodão na forma de fibra e não de algodão-caroto e recebiam um preço desproporcionalmente mais elevado do que o pago aos camponeses pelo algodão-caroto.

A subida da FRELIMO para o poder levou à crise todo o sistema de exploração capitalista do campesinato. As classes coloniais de base mais débil viram correctamente que a longo prazo a política de trabalho da FRELIMO se tornaria incompatível com as suas próprias condições de rentabilidade. Desta forma eles abandonaram — os colonos das terras, os cantineiros e os empregados do Instituto de Cereais e do Instituto do Algodão — levando com eles tudo o que puderam e frequentemente destruindo o que não podiam levar. A brusquidão da sua partida significou para o campesinato desemprego repentino, falta de sal, de sementes...

A África do Sul também reagiu, não na defensiva, mas com uma forte ofensiva política contra a FRELIMO. Baseando-se no desemprego existente na África do Sul, cortaram drasticamente a quota de mineiros moçambicanos na África do Sul de 100 000 para cerca de 30 000. O aumento dos salários nas minas significou que o rendimento total proveniente dos salários diferidos dos mineiros não decaiu, porém estes mesmos salários encontraram-se agora divididos entre um número de famílias bastante reduzido. Isto significa a possibilidade de diferenciação muito maior entre o campesinato do Sul; mas, sobretudo, significa também que os jovens não têm acesso ao rendimento salarial de que necessitam para financiar os seus investimentos iniciais na agricultura familiar. A redução da quota prejudica sobretudo os jovens que sendo trabalhadores inexperientes não têm acesso às folhas de recrutamento da WENELA.

Como se vê, também aqui na interpretação dos problemas do sector familiar no pós-independência, o poder descritivo

da posição dualista se revela ilusória. Do ponto de vista dualista, a queda da comercialização dos produtos camponeses e as dificuldades de recrutamento de mão-de-obra para o sector estatal constituem fenómenos naturais, se bem que, é claro, prejudiciais à acumulação nacional: o campesinato encontra-se simplesmente num processo de retorno à sua economia de auto-subsistência pré-capitalista e de redução de quantidade de trabalho investido na produção total. Mas, de facto, estas reduções são a expressão da existência de uma crise na produção ao nível do campesinato e do resto da economia nacional e resta-nos perguntar porque é que elas ocorreram, e de que forma podem ser superadas.

Estarão as pessoas renitentes a executar trabalho assalariado sazonal devido à insegurança do sistema de transportes pôr em risco a produção nas suas próprias machambas privadas que são ainda a base da subsistência familiar? Por serem tão mal alimentados durante o trabalho assalariado que põe em risco o seu próprio nível de vida básico? Por os seus salários não permitirem a compra dos bens de consumo básicos de que necessitam, não porque os salários sejam baixos mas porque esses bens de consumo escasseiam? Terá a produção comercial decaído devido à inexistência de produtos de compra que são necessários — sementes para substituírem o stock estragado, peças de substituição para as charruas, lâminas de enxada resistentes...? Estarão os jovens de Gaza e Inhambane a invadir Maputo por não quererem trabalhar ou por necessitarem de rendimento salarial para poderem organizar um agregado familiar e iniciar produção familiar?

A crise do sector familiar é a última, e provavelmente a mais premente razão para uma imediata implementação da estratégia da cooperativização da produção familiar. O campesinato não se encontra calmamente ancorado na produção de subsistência e a sua crise pode tornar-se política para além de económica. O Estado tomou uma série de iniciativas de emergência — organizar por exemplo brigadas de comercialização e lojas do povo como resposta à fuga dos comerciantes — mas, em última análise, necessita-se é de uma grande reorganização da produção. Não se pretende qualquer regresso às formas coloniais de exploração. Também não existe uma pequena burguesia rural ou uma classe **kulak** consolidadas em que confiar como medida transitória para a produção de um excedente agrícola, como existiu no caso de outras revoluções

socialistas. A cooperativização da produção familiar é de facto a única alternativa política e económica correcta.

O ABRANDAMENTO DO MOVIMENTO DA COOPERATIVIZAÇÃO

Nos capítulos anteriores defendeu-se a posição de que a cooperativização constitui:

1. elemento necessário numa estratégia de consolidação socialista do sector estatal;
2. elemento necessário para a transformação da base de classe do estado revolucionário;
3. elemento imediato necessário para a transformação socialista da agricultura familiar.

Por outras palavras, a cooperativização não constitui estratégia de transformação da agricultura familiar mas sim um elemento na estratégia global de construção socialista em Moçambique, da mesma forma que se pretende que a consolidação do sector estatal transforme a base económica produtiva como um todo.

Porém se a cooperativização constitui uma necessidade histórica imediata nas condições actuais de Moçambique, como se explica a debilidade actual do movimento? O dualismo fornece uma explicação elegante: a cooperativização da produção é prematura, dadas as condições pré-capitalistas do campesinato. O dualismo exclui a análise dos erros na implementação da linha do Partido pela lentidão da socialização do campo. Se rejeitarmos este ponto de vista que alternativas nos restam?

De facto os problemas das cooperativas resultam sobretudo das mesmas estruturas do capitalismo colonial a partir da análise do qual deduzimos a necessidade da estratégia de cooperativização. Em primeiro lugar o campesinato colonial não possuía na sua maioria organização ou voz política. O campesinato permanece socialmente disperso, não só devido ao padrão de habitação mas também à prevalência de migração de mão-de-obra que afasta os homens da sua comunidade política. As leis coloniais fascistas e em particular todo o sistema de recrutamento de mão-de-obra barata baseavam-se na repressão de todas as formas de organização política do campesinato com base de classe. A cooperativização constitui necessariamente um movimento político para além de económico e demonstra

assim a fragilidade da anterior base. Em segundo lugar não existe qualquer vantagem em Moçambique na simples cooperativização da terra porque não há camponeses sem terra. Assim, para se conseguir que a produção cooperativa seja imediatamente mais produtiva do que a agricultura familiar, é necessário pelo menos que se proceda a uma forma qualquer de investimento. Em terceiro lugar, a profundidade da proletarianização em muitas zonas do País torna difícil para os camponeses o abandono quer da produção familiar quer do trabalho assalariado, devido ao rendimento incerto que uma cooperativa traz nos seus primeiros anos de existência. O sistema utilizado no Chókwè em que o crédito era utilizado para o pagamento do que na realidade eram salários aos membros das cooperativas, constituiu por certo um abuso em relação aos princípios do cooperativismo. Isto reflectia, porém, a situação real de muitos membros das cooperativas, que eram trabalhadores migrantes e não tinham propriedades familiares nas proximidades, e por isso necessitavam da existência de um salário regular. E em quarto lugar a cooperativização necessita da existência de novas formas de planificação e contabilidade, técnicas que são difíceis de desenvolver enquanto os camponeses forem analfabetos.

Os problemas da cooperativização em Moçambique são também em parte devidos à crise aguda do capitalismo colonial no campo e ao abandono abrupto e quase generalizado das machambas de colonos e comerciantes. A produção cooperativa pressupõe a produção de excedentes e está por isso dependente da comercialização. A dissolução das redes de comercialização devido à fuga dos cantineiros retirou grande parte da força inicial do movimento de colectivização da produção. Não só aconteceu que os produtos das primeiras cooperativas e machambas colectivas permaneceram por comercializar, como também o facto dos camponeses saberem que os seus excedentes poderiam ser deixados apodrecer nos celeiros e que existem poucos bens que pudessem ser adquiridos em retorno, constituiu factor de pouco incentivo para o seu agrupamento como vista à maior produção.

A abruptidão do abandono das machambas de colonos também significou que como medida puramente defensiva a maior parte da energia do novo Aparelho de Estado teria que ser investida na conservação e consolidação da produção no novo sector estatal formado a partir do agrupamento de machambas abandonadas em unidades de direcção colectiva. Estas concentrações de machambas abandonadas tiveram a tendência

de se efectuar em zonas de disponibilidade de instalações comerciais e de transportes mais imediata. Unidades simples isoladas eram muitas vezes atribuídas à ocupação cooperativa mas revelou-se muito difícil e dispendioso fornecer serviços de comercialização e maquinaria a estas zonas afastadas. E geralmente era ainda mais difícil fornecer tal assistência agrícola básica a pequenas machambas colectivas e pré-cooperativas dispersas constituídas a partir da fusão de propriedades individuais ou desbastamento de novas terras.

Por último, o abandono abrupto das machambas de colonos abriu novas possibilidades à acumulação privada pela parte da camada mais próspera do campesinato, que no período colonial não formava uma pequena burguesia rural consolidada. Esta encontra-se actualmente oscilante entre duas vias, cooperativização ou produção especializada de mercadorias e a via que escolhem traz importantes consequências para o movimento cooperativo. Os camponeses prósperos possuem normalmente base política mais forte do que os camponeses pobres, em particular em zonas de reserva de mão-de-obra, onde eles são os únicos homens que possuem residência estável a longo prazo. Existiu assim a tendência de eles serem bem representados nos primeiros Grupos Dinamizadores existentes em muitas zonas do campo. Os camponeses prósperos conseguem de igual forma participar melhor e mais activamente no decorrer dos primeiros anos em que os rendimentos são baixos; podem empregar trabalhadores adicionais nas suas propriedades individuais ou apoiarem-se na produção de excedentes, enquanto que os camponeses pobres têm que dar prioridade máxima às propriedades familiares de forma a garantirem a subsistência. Os camponeses mais ricos podem alternativamente escolher entrar em competição com as cooperativas, particularmente em zonas de anterior fixação colonial com acesso comercial relativamente fácil. Parece ser isto que acontece por exemplo nalgumas zonas da província do Maputo onde os mineiros regressados, muitas vezes com camiões próprios, foram de certa forma bem sucedidos ao tomarem machambas coloniais abandonadas nas zonas verdes e fornecendo alimentos aos mercados urbanos. Como se vê, a formação de classes rurais no período pós-independência coloca uma certa ameaça à cooperativização.

É assim que o carácter específico da estrutura rural de classe formada pelo capitalismo colonial em Moçambique, constitui a razão de grande parte da lentidão da cooperativização. Porém, a falta de tomada de consciência do carácter

urgente da cooperativização como tarefa imediata da revolução, por alguns sectores do próprio Aparelho de Estado, também contribuiu para a estagnação do movimento. Alguns dos elementos que participam na implementação da política agrária continuam a encarar o campesinato basicamente como produtor de subsistência. Desta forma subestimam tanto a necessidade imediata como a possibilidade de construção de um forte movimento cooperativo.

O desenvolvimento do movimento cooperativo tem de ser analisado tomando em conta que ele é um processo em que não se pode resolver tudo de uma vez, e, também, que há erros na implementação da linha traçada.

Enquanto se acreditar que a cooperativização não possui qualquer base material até que o sector estatal se consolide, os investimentos e a assistência serão em primeiro lugar programados em função das necessidades sempre prementes do sector estatal. Tal prioridade leva a uma espécie de dualismo político que desmobiliza o campesinato e alimenta o cinismo: representantes do Partido e certas estruturas do Estado falam das aldeias comunais e cooperativas, mas a base de apoio dos programas que delineiam, muitas vezes não se realizam. As sementes, os fertilizantes e os transportes — sempre escassamente distribuídos — são primeiramente programados em função das necessidades das machambas estatais.

Não se trata aqui de uma oposição ao sector estatal que constitui o outro elemento fundamental para a transformação socialista da agricultura. Também não se trata de um problema puramente quantitativo de níveis relativos de investimento entre os sectores estatal, familiar e cooperativo. O problema reside numa estratégia de investimento que estabelece consistentemente a ligação entre a transformação do sector familiar através da cooperativização e a transformação e consolidação do sector estatal. A economia colonial em Moçambique formou um sector capitalista na agricultura cujo lucro dependia do carácter retrógrado da agricultura familiar; uma estratégia correcta de transição é aquela que possa quebrar esta ligação e debruçar-se simultaneamente sobre a problemática de manter a produção em cada fase.

Talvez aqui seja lícito fornecer alguns exemplos. Nos primeiros anos de independência a resposta à fuga de muitos comerciantes rurais foi a sua substituição por brigadas de compra que compravam aos camponeses depois das colheitas os seus produtos, num processo bastante semelhante ao da comercialização do algodão. Nalgumas zonas do País, este

tipo de aproximação não entrou adequadamente em linha de conta com o facto de Distritos que englobam grandes machambas estatais ou plantações, normalmente monoculturas, estarem muitas vezes dependentes da produção camponesa local para a alimentação dos trabalhadores. Os alimentos eram transportados para fora do Distrito de forma bastante incerta e à custa de grandes esforços, para depois aí terem que ser reintroduzidos. A falha aqui não é tanto a utilização de brigadas de compra como medida de comercialização de emergência, mas, antes, da incapacidade de estabelecer a interdependência entre os diversos sectores da economia rural. No que respeita a este assunto particular, provavelmente tanto o campesinato como as plantações teriam sido melhor assistidos se o sector estatal tivesse feito a aquisição dos produtos directamente em zonas circundantes.

Podemos também tomar como exemplo o problema periódico da falta de mão-de-obra nas plantações de chá. Não se trata de um problema de falta generalizada de mão-de-obra mas de uma crise sazonal; algumas plantações da Zambézia empregam realmente demasiada mão-de-obra em certas épocas do ano. Isto é o resultado de padrões de monoculturas do período colonial que exigiam sistematicamente mão-de-obra do sector familiar nas épocas de maior actividade agrícola. Este é também precisamente o período em que se tem que investir mais consistentemente mão-de-obra na produção cooperativa, se se pretende um sucesso económico. A mobilização política desencadeada com o fim de recrutar esta mão-de-obra sazonal não se revelou de uma forma geral eficaz na solução dos problemas das plantações e, paralelamente, entra também em contradição com as directivas políticas sobre a mobilização para as cooperativas em zonas de recrutamento.

Existe uma série de alternativas possíveis para este padrão. Talvez fosse possível optar por uma produção total mais reduzida mas de melhor qualidade da folha, utilizando o sistema de não fazer a colheita de certas zonas nos períodos mais intensos reduzindo-se desta forma os custos de produção em divisas pela diminuição do uso de fertilizantes e herbicidas nestas zonas também. Podia-se ainda decidir estabelecer metas de recrutamento em determinadas zonas, com base na organização de transportes partindo do princípio de que em zonas de recrutamento, a cooperativização teria que ter uma base produtiva totalmente diferente daquela da agricultura familiar. Em qualquer dos dois casos o importante é encarar os problemas em termos de uma táctica de transição, deixando assim tempo para se desen-

volverem padrões de diversificação de culturas e investimento, ambos coerentes com a estabilização da mão-de-obra das plantações e desenvolvimento das cooperativas.

A política de investimentos no Vale do Limpopo levanta problemas semelhantes em tudo o que se refere à estratégia de transformação dos padrões de produção coloniais. A monocultura do arroz em machambas coloniais, tal como a colheita do chá, implicava exigências enormes de mão-de-obra sazonal, arrancada à produção familiar. De uma forma geral, a política de investimentos tem sido feita no sentido de cortar com esta dependência através da introdução de mecanização em larga escala (autocombinadas, pulverização aérea de insecticidas e herbicidas), com o objectivo de substituir a mão-de-obra e fornecer base altamente produtiva para alimentar a população industrial que se prevê crescer no futuro ao Sul de Moçambique. Esta política significou, a curto prazo, a existência de produção muito dispendiosa (muito em particular dispendiosa no que respeita a despesas em divisas por unidades de produção), mas que presumivelmente se justifica em termos do seu futuro potencial de desenvolvimento.

A dificuldade desta política reside no facto de ela apenas dar resposta a uma forma de exploração capitalista do campesinato no Sul de Moçambique, o recrutamento de mão-de-obra sazonal para as machambas coloniais; enquanto que a principal forma de exploração era a exportação de mão-de-obra mineira para a África do Sul. A questão da forma de reestruturação desta dependência tornou-se imediata e premente com a redução abrupta da quota moçambicana para as minas. Os efeitos deste desemprego rural não se fizeram sentir tão fortemente entre famílias de mineiros estabelecidos, que possuem cartões de bónus e podem regressar às minas, mas sim entre os jovens das províncias do Sul que procuram iniciar uma vida na condição de trabalhadores assalariados e afluem às cidades e ao sector industrial, que ainda não tem capacidade para os absorver. A actual situação do sector estatal, baixa necessidade em mão-de-obra permanente com uma subida sazonal na época das colheitas, não constitui uma situação de emprego de que eles possam viver.

A questão não é da existência de mecanização em si mas antes, a do tipo de mecanização utilizado e sua relação com custos de produção e com absorção de mão-de-obra. Esta política corresponde a uma visão da estrutura de classes rural nas Províncias do Sul que salta por cima das necessidades imediatas do sector, construído a partir das antigas machambas

coloniais no que respeita à ruptura com uma forma histórica de exploração colonial muito mais profunda — a de gerações de migrantes moçambicanos nas minas da África do Sul. Colocar mão-de-obra redundante na produção de excedentes e alimentação barata não impede investimentos futuros que permitirão aos trabalhadores ingressarem no emprego industrial mas evita os graves problemas políticos e económicos colocados pelo desemprego em grande escala à transformação socialista.

Não se pretende com estes exemplos sugerir que existe sempre uma estratégia óptima de investimentos que leve simultaneamente ao desenvolvimento do sector estatal e à cooperativização da agricultura familiar. Quando os excedentes são limitados, o investimento num sector significa de facto que menos se investirá noutro local. A tendência geral deste artigo tem sido argumentar em como existe a necessidade de, pelo menos se investirá noutro local. Este artigo também pretende argumentar em como existe a necessidade de, pelo menos, algum aumento de investimento na comercialização da agricultura familiar, se se quiser o avanço da cooperativização e, assim, da construção socialista como um todo.

Aspecto muito mais importante porém contido na argumentação aqui apresentada é o de que o avanço da cooperativização não se refere à transformação da agricultura familiar em si mas antes ao avanço da economia como um todo. O atraso da agricultura familiar em Moçambique reflecte as formas de exploração capitalista do campesinato no período colonial e possui igual peso sobre o sector estatal, tanto agrícola como industrial, como sobre o campesinato.

CONCLUSÃO: A QUESTÃO AGRÁRIA EM MOÇAMBIQUE

As conclusões aqui obtidas sobre a necessidade histórica da cooperativização do campo em Moçambique e sua posição numa estratégia total de transformação socialista correspondem às directivas traçadas pela FRELIMO sobre a política agrária: a integração planificada de grandes e pequenos projectos de machambas estatais e cooperativas; a necessidade de fornecer assistência estatal à agricultura familiar no processo de transição. De que forma então contribui o realçar da questão do carácter de classe do campesinato para o avanço da discussão e debate sobre a actual estagnação no movimento das cooperativas e aldeias comunais — a questão agrária fulcral levantada pelo Conselho de Ministros? E em particular de que forma contribui para o debate a definição da

tarefa central desta fase da Revolução Moçambicana como sendo a transformação das relações de classe capitalistas no campo, bem como nos sectores assalariados da economia?

Em primeiro lugar, levantar a questão do carácter de classe do campesinato permite-nos ver que talvez exista um apoio geral prestado à cooperativização, apesar das diferentes avaliações subjacentes sobre a imediaticidade e importância da tarefa que afecta as prioridades aplicadas na prática. Numa perspectiva dualista, a eventual organização do campesinato pré-capitalista em moldes colectivos constitui de facto um aspecto essencial da construção socialista, mas não existe qualquer base forte para se proceder a tal tarefa até que o sector estatal esteja consolidado e se tenham destruído as relações pré-capitalistas. Como alternativa, o ponto de vista aqui exposto defende que o campesinato no período colonial não era um grupo de produtores de subsistência mas antes de produtores consistentes de mais-valia, quer através da participação no trabalho assalariado ou do cultivo obrigatório de culturas de rendimento, e que esta produção constituía a base fundamental de lucro dos sectores capitalistas da economia. Assim, a renovação da produção de excedentes pelo campesinato sob formas colectivas mais produtivas constitui condição necessária para a consolidação do sector estatal bem como para a transformação da agricultura familiar.

Em segundo lugar, ver a tarefa central da transição como sendo a de transformar as relações de classe capitalistas entre o campesinato, permite-nos isolar os elementos que constituíram os primeiros bloqueios da cooperativização — por exemplo a ruptura que se verificou na comercialização em relação ao sector familiar ou ainda a competição existente entre o sector estatal e a produção cooperativa pela mão-de-obra sazonal. Torna-se assim possível planificar e definir medidas de prioridade para o ultrapassar dos bloqueios. Deve ser tornado claro neste caso que tanto as formas como a profundidade da penetração das relações de classe capitalistas entre o campesinato variam segundo as regiões e que por isso não existe um conjunto único de prioridades aplicáveis a todas as Províncias. O rendimento mínimo que se obterá de uma produção cooperativa rentável em Gaza e Maputo, por exemplo, terá que ser superior à de Nampula ou à da Zambézia.

Em terceiro lugar, este ponto de vista permite-nos constatar a impossibilidade de se separar a discussão e debate em torno do desenvolvimento das cooperativas e aldeias comunais da discussão sobre a rentabilidade, escolha de técnicas e

padrões de utilização de mão-de-obra também no sector estatal. A questão agrária em Moçambique consiste realmente na transformação de uma economia colonial que ligava a acumulação nos sectores claramente salariais ao atraso da agricultura familiar através da exploração da mão-de-obra camponesa ainda ligada à terra. Assim o debate sobre a cooperativização consiste realmente num debate sobre onde e sob que condições se processará a acumulação socialista, um debate sobre os padrões de investimento e orientação dos serviços estatais necessários para se reconstruir uma economia colonial capitalista em moldes socialistas, um debate sobre a importância política do campesinato no processo de consolidação desta fase da Revolução Moçambicana.

NOTAS

1. «Levar o Povo a Participar em Todas as Fases do Plano», Documento-Síntese da 5.ª Reunião Extraordinária (Alargada) do Conselho de Ministros, 20/4/81, **Notícias** 21/4/81, p. 3-4.
2. O ponto de vista que remete o período colonial em África a um período em que eram mantidos os modos de produção pré-capitalistas em vez de destruídos, fornece de facto o ponto de partida teórico para os conceitos de «via não capitalista» e de «país de orientação socialista», conceitos que se baseiam na afirmação de que a maior parte dos países africanos não possui a base material para iniciar um processo de revolução socialista. Os elementos fundamentais desta posição foram sintetizados por Klaus Ernst num estudo cuidadoso sobre os problemas da cooperativização no Mali: «Na maioria dos países em desenvolvimento (em particular os da África Sub-Sahariana) o passado colonial impediu o desenvolvimento dos pré-requisitos para uma transição socialista imediata. Aqui, os níveis das forças produtivas e da produtividade da mão-de-obra são extremamente baixos e as condições de produção pré-capitalistas — e por vezes mesmo pré-feudais — determinam as relações económicas e sociais (trata-se de um factor objectivo independente da consciência dos homens).
Porém, o que falta principalmente é a pré-condição política e ideológica para uma revolução socialista (que é o factor subjectivo resultante da vontade dos homens) é uma classe trabalhadora bem organizada e um partido Marxista-Leninista sólido, capaz de mobilizar as massas para o socialismo.»
Klaus Ernst, **Tradição e Evolução na Aldeia Africana: Transformação Não-Capitalista das Comunidades Rurais no Mali**, Nova Iorque, Imprensa St. Martin, 1976, primeira publicação em Berlim, Alemanha: Academia Verlag, 1973.
Ernst conclui que nas primeiras fases de um processo socialista um país como o Mali não deve tentar a cooperativização da produção mas devia antes criar cooperativas de comercialização e transformar as condições de produção pré-capitalistas (p. 212).
3. Mário da Graça Machungo, Ministro da Agricultura. Discurso de Arbertura, 2.º Conselho Consultivo Alargado do GODCA 9/8/1980.